

SERÁ QUE É DESTA QUE O GOVERNO VAI ACORDAR?

CHEGA EXIGE CONTROLO DE IMIGRAÇÃO E SUBSÍDIOS SOCIAIS

ATUALIDADE PAG.02





© FOLHA NACIONAL

DEPOIS DE ANOS A DORMIR, O GOVERNO ACORDA

CHEGA EXIGE MÃO DE FERRO CONTRA REAGRUPAMENTO FAMILIAR

Apesar de o Governo ter “dado razão ao CHEGA” na imigração, as medidas ficam aquém. Ventura não poupa nas críticas e acusa o Executivo de “andar a reboque” das ideias que o CHEGA defende há anos.

FONTE FOLHA NACIONAL | LUSA

O líder do CHEGA mostrou-se disponível, esta segunda-feira, para negociar com o Governo as anunciadas alterações à Lei da Nacionalidade, aprovadas em Conselho de Ministros. Reivindicando que o Executivo reconheceu as posições do seu partido, Ventura considera, contudo, que as mudanças são insuficientes. Nas alterações anunciadas pelo Governo, “há elementos que é preciso articular e que o CHEGA está disposto a trabalhar e a articular” e há ainda “caminho para andar”, afirmou o Presidente do segundo maior partido em Portugal, antes de uma reunião com a União de Associações do Comércio e Serviços (UACS), em Lisboa. Entre as propostas, o Governo pretende permitir que juízes possam decretar, como sanção acessória, a perda de nacionalidade a cidadãos naturalizados há menos de dez anos que cometam crimes graves, punidos com penas superiores a cinco anos de prisão. O Presidente do CHEGA admitiu a possibilidade de “criar condições para que haja um meio-termo em que essa nacionali-

dade possa ter uma espécie de decisão judicial dentro da própria decisão judicial, ou seja, um reconhecimento por parte do tribunal de que estes crimes devem corresponder à perda de nacionalidade”. E reforçou: “Poderia não ser automática.” Ventura foi claro: “Se nestas matérias, expulsar quem cometeu crimes, retirar a nacionalidade, retirar a residência, limitar novas autorizações de residência por reagrupamento familiar, houver caminho, se o Governo estiver apto e disponível, temos um bom prenúncio. Se não estiver, não temos.” O líder do CHEGA sublinhou ainda que “há medidas que devem ser revistas, pois no que toca ao reagrupamento familiar o Governo não está bem. Portugal tem de meter um travão à imigração ilegal”. “Vamos permitir o reagrupamento familiar para pessoas que não se sabe se têm ou não cadastro? Portugal não

tem meios. Não conseguimos sequer garantir habitação, saúde, educação, entre outros. O CHEGA não é um entrave às negociações, mas são questões que temos de analisar”, venceu. O líder do segundo maior partido considerou ainda que as alterações anunciadas são



Vamos permitir o reagrupamento familiar para pessoas que não se sabe se têm ou não cadastro? Portugal não tem meios. Não conseguimos sequer garantir habitação, saúde, educação, entre outros.”

tardias e insuficientes, mas reconheceu que o Governo “deu razão àquilo que o CHEGA dizia há muito tempo”. Lamenta, contudo, que se esteja “a correr atrás do prejuízo”. “O primeiro-ministro e o PSD reconhecem que o CHEGA tinha razão: que se pode e deve perder a nacionalidade quando se cometem crimes graves, que não se deve ter nacionalidade ao fim de poucos anos, mas apenas depois de vários, e que não se deve ter residência ou acesso a benefícios sociais apenas por aqui passar, ou, em alguns casos, sem cá sequer passar”, afirmou. Ventura defendeu também maiores

restrições à atribuição da nacionalidade portuguesa. “Não pode haver pessoas que se digam portuguesas, mas que não saibam nada da língua portuguesa, que nunca tenham estado em território nacional, que nem saibam onde é Portugal”, criticou. Na quarta-feira, realizou-se um debate de urgência pedido pelo CHEGA sobre “o descontrolo na atribuição da nacionalidade e a necessidade de limitar o reagrupamento familiar”.

Ventura pede auditoria à AIMA

André Ventura explicou por que motivo pediu o debate de quarta-feira: “O país em que vivemos tornou-se um absoluto descontrolo, nos últimos anos, em matéria de atribuição de nacionalidade, de imigração e de autorizações de residência.” Acusou o Partido Socialista (PS) de ter transformado o país num “autêntico supermercado”. “Devemos ao PS um dos maiores erros dos últimos tempos: de ter facilitado a atribuição da nacionalidade portuguesa, de ter transacionado a residência portuguesa, de ter comprometido o controlo migratório do país.” “É o bar aberto, o entrem como quiserem e vos apetecer, venham beneficiar da Segurança Social, que nós, os mesmos de sempre, pagaremos”, declarou. Por isso mesmo, “deveria haver uma auditoria” à Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA).

“Não sabemos a quantas pessoas foi feita a atribuição da nacionalidade. Não deve entrar mais ninguém em Portugal sem que antes haja uma auditoria à AIMA. Além disso, tem de se rever o caso de quem entra com pedido de asilo e fica anos a receber subsídios até o tribunal decidir. O Governo não quis tocar nesse ponto. Temos de estar atentos às portas da Europa”, afirmou. O líder da oposição recordou ainda o recente acidente de aviação na Índia onde morreram sete cidadãos com nacionalidade portuguesa: “ditos portugueses ou novos portugueses, como lhes chamou o primeiro-ministro, mas que nunca tinham pisado Portugal.” “Durante o tempo do PS, vendemos residência a quem nem sequer vivia em Portugal. Já não bastavam os que vinham, os que queriam assentar legalmente, mas também os que nem sequer cá punham os pés.” Ventura aproveitou ainda para perguntar ao Governo se vai ou não continuar a permitir o reagrupamento familiar em Portugal, num momento em que ainda há 276 mil pessoas à espera de legalização. “Façam as contas aos familiares, menores ou não, que poderão vir a entrar em Portugal: serão mais de 600 mil pessoas.” “Isto é alarmante e tem de ser travado, custe o que custar”, concluiu.

O TEMPO DE FAZER É AGORA



PATRÍCIA DE CARVALHO
DIRETORA ADJUNTA DO FN

Não foi antes e nem pode ser depois. Uma nova política de imigração tem de ser feita e entrar em vigor agora, porque Portugal já não aguenta o descontrolo e o caos absoluto que reina no que à imigração diz respeito. E os portugueses sabem que é verdade, porque são eles, e não a elite política, que lidam diariamente com o resultado da política de portas abertas que foi implementada em Portugal pelo Partido Socialista com o apoio do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português. Aliás, esta é uma das razões pela qual a derrota da esquerda nas urnas foi tão pesada: os portugueses disseram-lhes que já chega de destruir o país, porque foi isso que fizeram com as suas políticas descabidas.

Graças a estes partidos, o sistema de controlo de fronteiras tornou-se num verdadeiro bar aberto: entra quem quer, tenha ou não documentos, tenha ou não cadastro criminal e a Segurança Social paga. Na verdade pagam os portugueses e até pagam a dobrar porque, por um lado, o dinheiro dos subsídios pagos aos imigrantes pertencem aos portugueses que cá trabalham e pagam impostos; e, por outro lado, porque o excesso de estrangeiros em Portugal levou a um caos total em matérias como saúde e habitação, levando os portugueses a recorrer ao serviço privado de saúde devido às gigantescas filas de espera no SNS e a pagar rendas absurdas e incontroláveis porque os imigrantes vivem às dezenas dentro de um apartamento o que, naturalmente, fez os preços das rendas dispararem. A isto somam-se os casos de máfias que vivem da exploração de imigrantes e do tráfico humano e também grupos criminosos organizados que criaram esquemas fraudulentos para obtenção de autorizações de residência e que contaram com a passividade de algumas juntas de freguesia, em especial em Lisboa. Não foi antes e nem pode ser depois. O tempo de fazer é agora: fazer uma política de imigração séria que devolva o controlo às nossas fronteiras e a segurança e a paz social aos portugueses.



© DR

UMA EM CADA CINCO CRIANÇAS PORTUGUESAS PASSA FOME CRIANÇAS COM FOME E SUBSÍDIOS PARA ESTRANGEIROS

Portugal está a falhar com as suas crianças. Mais de 20% vivem na pobreza, sem acesso a necessidades básicas. Mas o Estado gasta milhares de euros em subsídios para refugiados que nunca trabalharam nem contribuíram.

FONTE FOLHA NACIONAL

Portugal continua a falhar onde mais importa: proteger as suas crianças. Os números são claros – uma em cada cinco crianças vive em risco de pobreza. Ainda assim, o Estado continua a abrir os cordões à bolsa para acolher refugiados, com apoios que, segundo dados de 2024, podem ultrapassar os 1500 euros por agregado. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), 11,3 % das crianças vivem em privação material e social, sem acesso a vestuário adequado, atividades escolares ou sequer uma semana de férias fora de casa. Mais alarmante ainda: cerca de 347 mil crianças estavam em risco de pobreza monetária em 2023 – mais 44 mil do que no ano anterior, segundo o Público. Um estudo da Cáritas, com base em dados do Eurostat, aponta para uma taxa de pobreza infantil de 18 % em 2023, com projeções que ultrapassam os 20 %. Um retrocesso grave, comparável apenas a 2017. A UNICEF reportou uma taxa de 19,3 % de pobreza infantil entre 2019 e 2021, segundo o Observador. Já a Pordata

indica que, em 2021, cerca de 19 % das crianças e jovens viviam abaixo do limiar de pobreza. Em 2022, o INE estimava que 20,7 % dos menores de 18 anos viviam com menos de 60 % do rendimento mediano nacional. Enquanto isso, de acordo com o Instituto da Segurança Social, os requerentes de asilo recebem: 150 euros mensais por pessoa durante os primeiros 18 meses; acesso posterior ao Rendimento Social de Inserção (RSI) – que pode ultrapassar os 640 euros por agregado familiar; abono de família de cerca de 116 euros por criança; e apoio ao arrendamento, com um valor médio estimado de 200 euros. Para André Ventura, “é urgente devolver ao país respeito e reconhecimento aos que cá estão e sempre estiveram” lembrando que “as crianças portuguesas passam fome, mas o Estado continua a pagar hotéis, rendas e subsídios milionários a quem chega de fora”. “O Estado

entrega subsídios de asilo superiores a 1500 euros, na soma total dos apoios, a quem chega de fora, mas esquece-se das nossas crianças que não têm o que comer. Não aceitamos esta inversão de prioridades. Os portugueses têm de deixar de ser esquecidos”, defende o Presidente do CHEGA. Exemplos concre-

tos: um requerente de asilo sem filhos pode receber 150 euros mensais, com alojamento incluído. Já uma família de refugiados com dois adultos e duas crianças pode aceder ao RSI – 209 + 146 + 2×105 = 565 euros –, ao abono de família e ao subsídio de

habitação, totalizando perto de 1500 euros por mês. O valor varia conforme a composição do agregado. Num país onde centenas de milhares de crianças crescem em privação, o Estado continua, segundo Ventura, a favorecer quem chega de fora, em detrimento de quem cá vive e trabalha há gerações.

As crianças portuguesas passam fome, mas o Estado continua a pagar hotéis, rendas e subsídios milionários a quem chega de fora”

AUTÁRQUICAS 2025: CHEGA ANUNCIA NOVOS CANDIDATOS

FONTE FOLHA NACIONAL

O partido CHEGA tem vindo a reforçar a sua aposta no poder local e na proximidade com os cidadãos, apresentando os

seus candidatos para as eleições autárquicas de 2025. Os candidatos estão preparados para oferecer uma nova visão para as suas autarquias e comprometem-se a trabalhar de



forma incansável por um futuro mais promissor para os seus municípios. Neste sentido, o partido CHEGA revela que o deputado João Lopes Aleixo será candidato à Câmara Municipal de Portalegre. Destacam-se ainda as apostas em Fábio Ferreira para a Câmara Municipal de Monchique, David Catita para a Câmara Municipal de Beja, Pedro Figueira Lancha para a Câmara Municipal de Fronteira, António Sales para a Câmara Municipal de Miranda do Douro e Joaquim Ribeiro para a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.

BASTA DE ASSALTO NAS BOMBAS!

VENTURA EXIGE ALÍVIO FISCAL NOS COMBUSTÍVEIS



© FOLHA NACIONAL

FONTE LUSA TÍTULO FN

O Presidente do CHEGA desafiou o Governo a comprometer-se com uma descida dos impostos sobre os combustíveis. “O CHEGA decidiu questionar o Governo, formalmente, sobre se vai ou não, antes do Orçamento do Estado, reduzir ou eliminar os impostos que estão neste momento a onerar os combustíveis”, afirmou André Ventura. O líder do CHEGA instou o ministro das Finanças a comprometer-se com “uma descida ou uma eliminação do adicional, ou uma descida sustentada do IVA sobre os combustíveis”. “Sabendo que só pode entrar em vigor no próximo ano, eu desafiava o Governo a evitar isto e a dar já uma garantia, que ainda não foi dada pelo ministro das Finanças, de que o fará neste Orçamento do Estado”, referiu. André Ventura considerou que o contexto internacional vai levar a uma subida dos preços dos combustíveis e assinalou que “em Portugal, o preço dos combustí-

veis não aumenta só por causa do preço do crude; aumenta porque mais de metade do preço do gasóleo e da gasolina corresponde a impostos, nomeadamente o IVA e o ISP”. Referindo que o CHEGA já tinha feito esta proposta, que foi rejeitada, o Presidente do partido salientou que “este é um novo contexto, em que a escalada de violência no Médio Oriente vai levar a mais dificuldades neste mercado”. “A gasolina e o gasóleo já subiram esta semana, vão continuar ou podem continuar a subir, e era importante que o Governo desse um sinal político de que está disposto a descer o nível de impostos indiretos sobre os combustíveis, para que a população consiga aceder mais facilmente aos combustíveis”, defendeu. André Ventura admitiu também o agendamento de um debate no Parlamento sobre este tema e a apresentação de uma “proposta legislativa para rever a tributação sobre os combustíveis”, caso “o Governo não dê sinais nesse sentido”.

COMPADRIO POLÍTICO NA GESTÃO DA ÁGUA TACHOS NA EPAL PARA “BOYS & GIRLS” DO PSD

FONTE FOLHA NACIONAL

O Governo liderado pelo PSD avançou esta quarta-feira com novas nomeações para os cargos de administração da Empresa Portuguesa das Águas Livres (EPAL), reforçando aquilo que o CHEGA considera ser mais um caso flagrante de “tachismo” partidário. Rosário Águas, antiga secretária de Estado da Administração Pública no Governo de Durão Barroso (2003-2005), e Manuel Frexes, ex-secretário de Estado da Administração Local nos anos 1990 e antigo presidente da Câmara Municipal do Fundão, foram ambos designados para o conselho de

administração da EPAL, empresa do grupo Águas de Portugal. Segundo o Correio da Manhã, a remuneração dos administradores também não passou despercebida: o presidente do conselho de administração auferir cerca de 8.600 euros mensais, o vice-presidente 8.360 euros e os vogais 6.890 euros por mês. “Enquanto os portugueses pagam contas de água cada vez mais elevadas, o PSD distribui tachos dourados entre os seus ‘boys e girls’. Isto não é governar para o povo, é gerir uma agência de empregos para o partido”, criticou o Presidente do CHEGA.

ESCÂNDALO FINANCEIRO BATE À PORTA DA IL SUSPEITAS ENVOLVEM MARIANA LEITÃO

FONTE FOLHA NACIONAL

Mariana Leitão, candidata à liderança da Iniciativa Liberal (IL), está sob o olhar atento da opinião pública após revelações preocupantes sobre a sua ligação a uma empresa com conexões diretas à Sonangol. A empresa Sonangol está associada à polémica petrolífera estatal angolana, fortemente ligada a casos de corrupção e desvio de fundos públicos. Segundo investigações divulgadas pelo Observador, Mariana Leitão aparece como diretora numa empresa sediada no Dubai, fundada por altos quadros da Sonangol durante o período

de influência de Isabel dos Santos. A mesma estrutura terá sido usada para movimentar milhões de euros em contratos opacos e de legalidade duvidosa. A ligação a figuras próximas do antigo regime angolano levanta sérias dúvidas sobre a transparência e os critérios éticos da candidata liberal. Especialistas em governação corporativa questionam a compatibilidade entre os princípios da Iniciativa Liberal e as práticas financeiras associadas a regimes autoritários e a estruturas estatais comprometidas.

DIRETOR DE DERMATOLOGIA DEMITE-SE DO SANTA MARIA

FONTE LUSA TÍTULO FN

O diretor da unidade de Dermatologia do Hospital de Santa Maria demitiu-se, depois de confrontado com resultados preliminares das auditorias

internas solicitadas pelo Conselho de Administração às cirurgias adicionais. Segundo fonte hospitalar, na segunda-feira à noite, o presidente do Conselho de Administração da Unidade Local

de Saúde (ULS) de Santa Maria reuniu-se com o diretor da unidade de Dermatologia e confrontou-o com alguns resultados preliminares do relatório interno das auditorias solicitadas, na sequência de notícias divulgadas pela TVI/CNN Portugal relativamente aos gastos abusivos praticados por dermatologistas daquela unidade hospitalar.



EM FOCO



LEGENDA DA IMAGEM | © DR

FUGA DE MÉDICOS DE FAMÍLIA

SÓ 39% DAS VAGAS NO SNS FORAM OCUPADAS

FONTE LUSA TÍTULO FN

Dos 389 médicos de família que terminaram recentemente a formação da especialidade, apenas 231 escolheram uma das 585 vagas disponibilizadas no último concurso para a colocação nas unidades locais de saúde (ULS).

Segundo disse a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) à Lusa, a percentagem de ocupação de vagas em 2025, "embora baixa", foi superior às registadas em 2023 (32%) e 2024 (28%). Na primeira época de 2025, formaram-se em medicina geral e familiar

389 médicos, com o Ministério da Saúde a aprovar um total de vagas superior ao de novos especialistas "para acolher o maior número de médicos disponíveis e que aguardam a sua contratação, como assistentes", o primeiro nível da carreira, adiantou a ACSS. Foram abertas 585

vagas, foram apresentadas 412 candidaturas, mas ficaram ocupadas apenas 231. Ou seja, ficaram por preencher cerca de 60% do total de lugares disponibilizados no concurso. "No caso específico de medicina geral e familiar, a abertura de mais vagas não significa, necessariamente, uma maior percentagem de taxa de ocupação", alegou a ACSS, apontando o exemplo da primeira época de 2024, quando foram abertas 904 vagas e apenas foram ocupadas 255. Os dados da ACSS indicam ainda que em duas ULS nenhuma das vagas foi preenchida, caso da do Alto Alentejo, onde ficaram por ocupar os 12 lugares colocados a concurso, e do Estuário do Tejo, que tinha 37 vagas que ficaram desertas. Em Lisboa, região com maior falta de médicos de família, na ULS Santa Maria, das 33 vagas publicitadas, apenas sete ficaram ocupadas, enquanto só 11 dos 40 lugares disponíveis para a ULS de São José ficaram preenchidos. A Ordem dos Médicos defendeu a abertura de todas as vagas disponíveis nas zonas onde faltam médicos de família e alertou para as "falhas gritantes" ocorridas na colocação dos novos especialistas de medicina geral e familiar. "É inaceitável que existam utentes sem médico de família e, em simultâneo, especialistas em medicina geral e familiar sem colocação. Este é um problema de gestão, não de recursos", alertou o bastonário Carlos Cortes, citado num comunicado da ordem.

INDOSTÂNICOS ATACAM IDOSA ATAQUE BRUTAL EM PLENO CEMITÉRIO

FONTE FOLHA NACIONAL

Uma idosa de 68 anos foi assaltada na manhã do último sábado, no interior do cemitério de Paço dos Negros, no concelho de Almeirim, por três homens que a cercaram e lhe arrancaram o fio de ouro que trazia ao pescoço, segundo avançou o Correio da Manhã (CM). O crime ocorreu quando a vítima se dirigia para a zona dos jazigos e "foi abordada de surpresa por três indivíduos, alegadamente de origem indo-paquistanesa, tendo um deles roubado por esticção a peça de ouro", cita o CM. A GNR de Almeirim encontra-se a investigar o caso e a tentar apurar a identidade e o paradeiro dos suspeitos.

GNR DO 112.PT EXIGE SALÁRIOS EM ATRASO

ESTADO DEVE DINHEIRO A MILITARES DA GNR

FONTE LUSA TÍTULO FN

Os profissionais da GNR ao serviço do 112.pt estão sem receber o devido suplemento desde março, denunciou a Associação dos Profissionais da Guarda (APG/GNR). "Alegadamente, a GNR não terá abonado estes valores sem dar alguma justificação aos profissionais e entendemos que nada justificaria esta situação, até porque, tanto quanto se sabe, os profissionais da PSP, nas mesmas circunstâncias, receberam pontualmente os valores devidos", afirmou a associação, em comunicado. Está em causa, segundo a mesma fonte, uma gratificação que decorre "dos

elevados níveis de exigência e desgaste dos operadores" nos Centros Operacionais 112.pt. "A APG/GNR não aceita que esta gratificação não seja paga de forma tempestiva, até porque os montantes devem ser pagos mensalmente, até ao último dia do mês a que respeitam, nos termos protocolados com os ministérios da Saúde, da Administração Interna, INEM, PSP e GNR", lê-se no documento. Trata-se de um valor mensal de 144,80 euros, que para a APG/GNR está "completamente desatualizado", na medida em que não é revisto há 15 anos.

MÉDICOS REVOLTADOS GOVERNO BLOQUEIA NEGOCIAÇÕES

FONTE LUSA TÍTULO FN

A Federação Nacional dos Médicos (Fnam) pediu a intervenção da Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT) para retomar a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho. A presidente da Fnam indicou que se reunirá com as entidades públicas empresariais (EPE) da área da saúde na DGERT para "reiniciar este processo de negociação". "Como a ministra não cumpriu com as regras da negociação coletiva em 2024, e agora no início de 2025, apesar de a Fnam ter exigido essa negociação, essa não foi feita com a Fnam e, como tal, ativámos a DGERT para o processo de negociação se iniciar", afirmou.

PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS DISPARAM

GOVERNO CALADO SOBRE MAIOR SUBIDA DESDE 2022



FONTE FOLHA NACIONAL

Os preços dos combustíveis voltaram a subir esta semana em Portugal, registando a maior escalada desde o verão de 2022. Segundo dados da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), o gasóleo simples aumentou cerca de oito cêntimos por litro, enquanto a gasolina 95 registou uma subida de aproximadamente três cêntimos. De acordo com a comunicação social, este é o terceiro aumento consecutivo nos preços, num contexto internacional marcado pelo agravamento das tensões no Médio Oriente, em particular entre Israel e Irão. A instabilidade geopolítica tem pressionado o preço do petróleo Brent, que ronda atualmente os 80 dólares por barril — mais 20 dólares do que no início de maio. Os analistas

antecipam que a tendência de subida se mantenha nas próximas semanas, podendo atingir níveis semelhantes aos do verão de 2023. Para encontrar uma escalada de preços semelhante é necessário recuar a agosto de 2022, pouco depois do início da guerra na Ucrânia. Apesar da subida acentuada, o Governo liderado por Luís Montenegro não anunciou qualquer medida para travar o aumento. Em reação aos aumentos, recorde-se que o Presidente do CHEGA acusou o Governo de não cumprir as promessas feitas aos portugueses durante a campanha eleitoral. “É um erro brutal que, ademais, vai contra aquilo que



É um erro brutal que, ademais, vai contra aquilo que o próprio PSD defendeu no Parlamento ao longo dos últimos anos

o próprio PSD defendeu no Parlamento ao longo dos últimos anos”, afirmou Ventura. O líder do CHEGA defende que qualquer agravamento no preço dos combustíveis será “alvo de firme oposição” por parte do

partido no debate do próximo Orçamento do Estado, sublinhando que Portugal “tem uma das maiores pressões fiscais sobre os combustíveis da Europa”. Ventura acusa ainda o Governo de

falhar no compromisso de não aumentar impostos nem contribuir para o aumento do custo de vida, e desafia o Executivo a adotar medidas imediatas para proteger os consumidores.

“ OPINIÃO

CAMÕES NÃO MERECIA



RUI CARDOSO
DEPUTADO

Servem as datas evocativas, para trazer à lembrança, de forma nostálgica, mas sempre atual, os momentos maiores do passado dos povos. Ora, o que devem fazer então as sociedades saudáveis e bem resolvidas com a sua História ao recordar estas efemérides? Presumir-se-ia, que louvassem os seus heróis, que fizessem memória dos seus antepassados, que aproveitassem exemplos da sua caminhada coletiva, para os fazerem presentes, como exemplo e testemunho.

Mas em Portugal não é isto que acontece. Por cá, parece quase obrigatório que a solenidade destes dias, tenha de ser enlameada com o fetichismo antinacional da elite política e pensante. É isto que acontece ano após ano. Os mesmos discursos vazios e pouco apelativos. As mesmas ladainhas autoflegelatórias, sobre como fomos «maus» e «racistas» e «colonialistas». Num dia que é de festa, querem-nos fazer pedir desculpa e cobrir de vergonha. Não vai acontecer. Do alto do palanque, por ora, até o podem fazer. Mas cá estaremos nós para gritar mais alto que temos orgulho no nosso país, que temos a sorte de ter nascido numa Pátria digna desse nome, que não é de hoje nem de ontem, mas que tem um rosário brilhantíssimo de momentos e figuras. A mensagem que temos de transmitir nestes dias tem de ser de esperança e de confiança. De esperança, porque se é certo que vivemos momentos negros, de decadência e de miséria, não menos certo é, que com «engenho e arte» lhes soubemos dar sempre a volta; E de confiança porque nos altos e baixos que tivemos, valeu sempre o esforço, a bravura e o sacrifício de um punhado de portugueses. Se assim foi no passado, sê-lo-á também hoje. De todas as intervenções que deste 10 de junho, nem o Presidente da República, nem as vergonhosas palavras de Lídia Jorge, fizeram eco daquilo que devia ter sido dito. Valeu-nos André Ventura, que teve a coragem e o patriotismo para dizer que não se revia naquelas narrativas e afirmar inequivocamente aquele que é o sentimento comumente comungado por todos nós: eu tenho orgulho em ser português!

PORTUGAL AFUNDA EM DÍVIDAS EMPRESAS E ESTADO ACUMULAM 829,5 MIL MILHÕES

FONTE LUSA TÍTULO FN

No final de abril, o endividamento do setor privado representava cerca de 459.800 milhões de euros, enquanto perto de 369.600 milhões de euros diziam respeito ao setor público. O endividamento do setor não financeiro, que reúne administrações públicas, empresas e particulares, aumentou em abril cerca de 4.400 milhões de euros, para 829.500 milhões de euros, anunciou o Banco de Portugal. No quarto mês do ano, o endividamento do setor privado manteve-se praticamente inalterado, fruto de uma redução de cerca de 900 milhões de euros do endividamento das empresas privadas e um aumento equivalente nos particulares.

TAP SOB FOGO

TRIBUNAL DE CONTAS DETECTA ILEGALIDADES

FONTE LUSA TÍTULO FN

O Tribunal de Contas (TdC) detetou que a TAP executou vários contratos sem visto prévio obrigatório, tendo remetido as conclusões para o Ministério Público.

De acordo com a auditoria divulgada, entre 2023 e 2024 a TAP, enquanto empresa pública, celebrou contratos para a aquisição de serviços e bens num valor total próximo de 473 milhões de euros, com a maioria dos contratos individuais a ultrapassar os 950 mil euros. Estes contratos abrangem áreas como fornecimento de combustível, seguros, catering, manutenção e aluguer de aviões.

O TdC concluiu que muitos destes contratos foram executados antes de serem enviados para apreciação ou antes da pronúncia da entidade fiscalizadora, o que contraria o artigo 45.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC). A TAP justificou este comportamento com o argumento de que os contratos não estavam, na sua perspetiva, sujeitos a fiscalização prévia e que as circunstâncias envolviam uma urgência imperiosa, devido ao risco de consequências financeiras e reputacionais em caso de não execução.

CONTRA O REAGRUPAMENTO FAMILIAR

Na última sessão plenária em Estrasburgo, intervim sobre a questão do reagrupamento familiar, reiterando a nossa oposição firme a esse mecanismo, bem



TIAGO MOREIRA DE SÁ
EURODEPUTADO

como à imigração ilegal e descontrolada que está na sua base – uma das causas que o CHEGA tem liderado com clareza. Recordei Santo Agostinho e a sua doutrina do Ordo Amoris, segundo a qual o amor

deve seguir uma ordem hierárquica, do mais próximo para o mais afastado: primeiro a Deus, depois à família, à comunidade e, só depois, aos mais distantes. Hoje, quando o reagrupamento familiar se tornou eixo da política migratória, é vital lembrar que Portugal já acolhe 1,6 milhões de imigrantes e que, sem contenção, ultrapassaremos os dois milhões. Esta pressão crescente dilui a nossa identidade, ameaça a nossa segurança,

fragiliza a nossa coesão nacional e coloca em risco o próprio espaço Schengen, cujos 40 anos estamos a celebrar. Devemos ter coração, mas também razão. A generosidade não pode ser sinónimo de ingenuidade: a nossa primeira obrigação é com a nossa comunidade e com quem nos elegeu. A planta, sem poda, sufoca o jardim; o rio, fora do leito, torna-se dilúvio; o remédio, sem dose, faz adoecer.

VOZ DA EUROPA

IV CIMEIRA DA IBEROSFERA

REFORÇADA ALIANÇA CONSERVADORA IBÉRICA E TRÁNSATLÂNTICA



FONTE FOLHA NACIONAL

Madrid foi palco, de 25 a 27 de junho, da IV Cimeira da Iberosfera, evento que reuniu dirigentes políticos da Europa, América Latina e Estados Unidos, e que contou também com a presença do líder do VOX, Santiago Abascal. O eurodeputado do CHEGA António Tânger Corrêa assumiu um papel de destaque na articulação do evento junto dos países lusófonos. Organizada pelo partido espanhol VOX, a cimeira centrou-se no fortalecimento de alianças conservadoras e patrióticas em torno da soberania, da liberdade e da defesa da civilização ocidental, com a presença de figuras como Hermann Tertsch (VOX), José Antonio Fúster, Lina María Garrido (Colômbia) e Norma Yarrow (Peru). Na sua intervenção na conferência de imprensa, Tânger Corrêa sublinhou o potencial estratégico da Iberosfera, classificando-a como “uma comunidade com mais de 800 milhões

de pessoas unidas pela língua, história e valores”, com capacidade para se tornar “um bloco soberano e relevante — se houver visão e ação comum”. Defendeu ainda “uma aliança ibero-atlântica pela identidade, prosperidade e liberdade dos nossos povos”.

Além dos debates, a cimeira proporcionou reuniões bilaterais e momentos de networking que reforçaram a articulação entre partidos, fundações e movimentos conservadores, evidenciando a crescente coordenação política à escala ibérica e transatlântica.

Com seis sessões temáticas, a cimeira abordou temas como a crise demográfica, os desafios da imigração, as ameaças autoritárias, a censura ideológica e a cooperação transatlântica. A iniciativa consolidou o conceito da Iberosfera como plataforma de articulação entre nações de matriz ibérica, projetando uma frente conservadora no plano geopolítico global.

AVIÕES EVITAM MÉDIO ORIENTE MEDO DE ATAQUES LEVA COMPANHIAS A CANCELAR VOOS

FONTE LUSA/ FN TÍTULO FN

As companhias aéreas europeias, americanas e asiáticas suspenderam ou reduziram os voos para o Médio Oriente devido ao conflito entre Israel e o Irão e aos bombardeamentos dos EUA. A entrada de Washington no conflito, lançado uma semana antes por Israel contra o Irão, suscitou o receio de represálias contra os interesses dos EUA no Médio Oriente. Air France, British Airways, Lufthansa, Turkish Airlines, United Airlines, Air Canada e American Airlines são algumas das companhias que cancelaram ou suspenderam voos que utilizariam o espaço aéreo dos países afetados pelo conflito.

EUROPA NA MIRA DA NATO MARK RUTTE EXIGE MAIS DINHEIRO E MENOS QUEIXAS

FONTE LUSA TÍTULO FN

O secretário-geral da NATO, Mark Rutte, pediu aos aliados europeus que “não se preocupem tanto” com os Estados Unidos da América e se foquem em aumentar o seu investimento em Defesa. “A minha mensagem para os meus colegas europeus é: deixem de se preocupar tanto. Comecem a certificar-se de que fazem planos de investimento, que põem a base industrial a funcionar e que o apoio à Ucrânia se mantém a um nível elevado. É nisto que devem trabalhar. E parem de andar por aí preocupados com os EUA. Eles estão connosco”, assegurou Mark Rutte.

PORTUGAL ÀS ESCURAS CULPA É DE “MÁ GESTÃO ESPANHOLA”

FONTE LUSA TÍTULO FN

A associação de empresas de energia de Espanha (Aelec), que integra a EDP, a Endesa e a Iberdrola, atribuiu o apagão de abril à “má gestão” do operador da rede elétrica espanhola no controlo de flutuações e sobrecarga de tensão.

“A causa principal do zero elétrico foi uma falha grave no controlo de tensão do sistema elétrico”, por “má programação”, devido ao facto de não terem sido ativadas instalações de produção suficientes por parte da empresa Red Eléctrica (REE), a operadora do sistema em Espanha, apesar de existir capaci-

dade instalada e recursos adequados, afirmou a dirigente da associação, Marta Castro.

A Aelec apresentou as conclusões de um estudo de “peritos técnicos independentes”, com o título Análise dos acontecimentos que conduziram ao zero elétrico de 28 de abril de 2025, que afetou toda a Península Ibérica. O estudo foi realizado pela consultora Compass Lexecon, em parceria com o INESC TEC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

ÚLTIMAS

PEDRO PINTO REELEITO LÍDER PARLAMENTAR

O deputado Pedro Pinto foi reeleito, na quarta-feira, Presidente do Grupo Parlamentar do CHEGA com 84% dos votos, e terá como primeira vice-presidente a deputada Rita Matias. O anúncio foi feito pelo próprio, que indicou ter sido eleito com 84% dos votos, uma vez que, dos 60 deputados do CHEGA, votaram 56, indicando que os restantes quatro se encontravam fora do país.

NÃO SE SABE QUANTAS PENDÊNCIAS A AIMA TEM

O Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa desconhece quantos dos milhares de processos tem pendentes a exigir entrevistas na AIMA. “Enquanto a AIMA não conseguir comunicar ao tribunal, nós não vamos realmente saber quantos processos existem pendentes de pessoas que de facto precisam de resposta”, lamentou a juíza.

INVESTIMENTO DE 5% DO PIB EM DEFESA ATÉ 2035

Os 32 países da Aliança Atlântica acordaram, na quarta-feira, um aumento do investimento de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) na área da defesa até 2035, com uma revisão dos objetivos em 2029. “Os aliados comprometem-se a investir 5% do PIB anualmente em requerimentos de defesa (...) até 2035”, referiram na Declaração da Cimeira de Haia.

AUXÍLIOS ESTATAIS PARA ENERGIA LIMPA

A Comissão Europeia adotou, na quarta-feira, um novo quadro de auxílios estatais para apoiar a aplicação do Pacto da Indústria Limpa, prevendo, nomeadamente, montantes até 200 milhões de euros. Este quadro entra em vigor a 31 de dezembro de 2030, com o objetivo de acelerar a aprovação de auxílios estatais.

PORTUGAL REAL



© JUNTA DE FREGUESIA DA PÓVOA DE SANTA IRIA

PÓVOA DE SANTA IRIA E FORTE DA CASA
CHEGA EXIGE TRANSPARÊNCIA TOTAL

FONTE FOLHA NACIONAL

Os eleitos do CHEGA na Assembleia de Freguesia da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, no concelho de Vila Franca de Xira, exigiram, na última sessão, que todos os contratos públicos celebrados pela Junta de Freguesia durante o atual mandato, quer por ajuste direto, quer por consulta prévia, sejam publicados na plataforma BASE.GOV, conforme obriga a legislação em vigor.

A bancada do CHEGA confrontou o Executivo com a ausência desta divul-

gação obrigatória, mas a presidente da Junta, eleita pelo Partido Socialista, recusou-se a apresentar qualquer explicação clara sobre o incumprimento. Perante esta atitude de opacidade, os eleitos do CHEGA anunciaram que irão apresentar um requerimento formal, exigindo todos os contratos do mandato. “Com o dinheiro público dos contribuintes não se brinca. Quem tem responsabilidades públicas tem o dever de prestar contas a quem já paga tantos impostos”, sublinhou o partido.



HÁ DOIS ANOS FOI ASSIM

SOPA DE LETRAS

A A U S O T S O P M I L E Q D
S T I B O A D I R U C S E L N
M A A O C A L I A N C A L S T
E S D Q A L H I M T O S R E A
C S H I U L R D M A E E E O A
O U T D I E R C L N T D X C I
M I O D L P S B A O A A D A G
B F A M I L I A N D L D C I O
U C I G O A L H I N A I E C L
S W E V G A F L W D N L M O O
T E M C A W A A R E U A I G T
I G L N D N L O P A B G T E A
V U S I O I R E L T I E E N M
E O S I A C V A L T R L R B R
I N C D D A L I I S T I I T E
S A O C D M F R D O C E O D D
N S F S O I R A L A S T A I O
E M O F W F C T I O S S N A G
E M V D A L O G N A N O S S I
L A P E L I D E R A N C A L T

PALAVRAS

- | | |
|------------------|------------------|
| 1. Nacionalidade | 10. Negociações |
| 2. Fome | 11. Combustíveis |
| 3. Impostos | 12. Dívidas |
| 4. EPAL | 13. Ilegalidades |
| 5. Sonangol | 14. Aliança |
| 6. Dermatologia | 15. Ataques |
| 7. Família | 16. Aliados |
| 8. Cemitério | 17. Escuridão |
| 9. Salários | 18. Liderança |

DÁ ESPAÇO À TUA VOZ

CANAL DE DENÚNCIAS

O CANAL SEGURO E CONFIDENCIAL PARA O CIDADÃO
ENVIAR-NOS A TUA DENÚNCIA ATRAVÉS DO EMAIL

euvi@folhanacional.pt

LADRÃO ESCONDIDO COM O RABO DE FORA

A polícia do condado de Collier, na Florida, nos EUA foi

chamada para responder a um alegado furto. Os moradores de uma casa ouviram barulhos suspeitos e, assustados, pensaram estar perante um assalto em andamento. Quatro agentes deslocaram-se de imediato ao local prontos para tudo, menos para o que encontraram. O “criminoso” afinal era... um gato. Sim, um pequeno felino que, pelos vistos, decidiu fazer uma visita misteriosa e acrobática à residência, sem qualquer autorização. O gato foi “detido”



no local e entregue a um abrigo animal, onde o microchip revelou a sua verdadeira identidade: Bones, um bichano de estimação com aspirações a ninja, que tinha fugido de casa há dias. Depois da “captura”, Bones foi devolvido ao dono e os polícias puderam regressar à esquadra com a certeza de que, pelo menos desta vez, o suspeito não ofereceu resistência... nem arranhou ninguém.

